

Paper do NAEA Volume 29

Espaço público de lazer e turismo na cidade contemporânea: Belém-PA

Jéssika Paiva França¹



RESUMO

A produção da cidade de Belém será analisada sob o viés de discussões da produção da cidade contemporânea, na qual o espaço público de lazer tem se destacado por apresentar valor de centralidade e visibilidade turística. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2013 e 2017 objetivando analisar o papel dos espaços públicos de lazer na produção da cidade de Belém-PA, partindo do olhar empírico sobre a Orla Portal da Amazônia partindo de uma abordagem qualiquantitativa. Requereu além de pesquisa bibliográfica e documental em órgãos públicos da cidade, a realização de entrevistas com os representantes da Secretaria de Habitação (Sehab). Os resultados obtidos indicaram que a Orla Portal da Amazônia possui elementos pertinentes quanto à configuração de uma nova centralidade na cidade, quando compreendida a partir da infraestrutura básica, por meio do macroprojeto Promaben (Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova), e do aumento nos valores das habitações na área. Hoje, os espaços públicos e privados de lazer têm se destacado em termos de valor de atratividade, impactando a produção de novas centralidades no espaço urbano.

Palavras-Chave: Cidade contemporânea. Espaço público de lazer. Turismo. Centralidade.

¹ Professora da Faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará. Bacharel em Turismo (UFPA); Mestre em Serviço Social (UFPA). Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP). Líder do grupo de pesquisa Laboratório de Dinâmicas Urbanas e Questões Pertinentes ao Turismo na Amazônia. E-mail: jfranca@ufpa.br.

ABSTRACT

Belém city production will be analyzed under the bias of discussions of the production of the contemporary city, in which the public space of leisure has stood out for presenting value of centrality and tourist visibility. It has been consolidating itself as a social right, because it achieves greater resonance in the urban area. The research was carried out between the years of 2013 and 2017 aiming to analyze the role of public leisure spaces in Belém's production, starting from the empirical view on the Portal da Amazonia starting from a qualitative approach. In addition to bibliographical and documentary research in public institutions in the city, he conducted interviews with the representatives of the Housing Secretariat (Sehab). The results indicate that the Orla Portal da Amazônia has pertinent elements regarding the configuration of a new centrality in the city, when understood from the basic infrastructure, through the macroproject Promaben (Macrodrain program of the New Road Basin), and increases in the values of the dwellings in the area. Today, public and private leisure spaces have stood out in terms of attractiveness value, impacting the production of new centralities in urban space.

Keywords: Contemporary city. Public leisure space. Tourism. Centrality.

INTRODUÇÃO

O artigo compõe uma pesquisa realizada no curso de doutoramento em Arquitetura e Urbanismo, entre os anos de 2013 e 2017 e tem como principal objetivo analisar o papel dos espaços públicos de lazer na produção da cidade de Belém-PA, partindo do olhar empírico sobre a Orla Portal da Amazônia.

A metodologia investigativa seguiu uma abordagem quali-quantitativa, envolvendo além de levantamento bibliográfico e pesquisa documental em órgãos públicos da cidade, a realização de entrevistas com os representantes da Secretaria de Habitação (Sehab).

As análises aqui apresentadas partirão da compreensão de que o espaço público é social, e, por este motivo, é reflexo das relações de produção e, com elas, das relações de poder (LEFEBVRE, 2001; 2006). Foi necessária a elaboração de uma definição coerente com as questões investigativas traçadas, apresentando o Espaço Público de Lazer como: Espaço físico-social na cidade, favorável ao encontro entre diferentes, que têm como objetivo em comum a busca por prazer.

Com base no exposto, considera-se em sua análise, além da forma física, as amplas possibilidades de usos e carga simbólica, o livre acesso e a liberdade de escolha quanto ao compartilhamento, ou não, de experiências. São espaços socioculturais em que predominam a qualidade arquitetônica, paisagística e ambiental, além de uma certa vigilância. É comum que os seus usuários possam usufruir gratuitamente da infraestrutura física, a exemplo dos equipamentos esportivos e das programações ofertadas.

Espaço, tempo e atitude, ao serem entendidos dialeticamente, nos conduzem a refletir sobre o papel do lazer na cidade contemporânea e qual seria o lugar do espaço público no espaço-tempo do lazer. A definição se estenderá às áreas livres que apresentam uma certa estrutura física, como o mobiliário (bancos, banheiros, iluminação, acesso por meio da interligação com a malha de transporte público, etc.) e possibilidades diversificadas quanto à realização de atividades.

Para um melhor entendimento do leitor, o final da década de 80 é delimitado historicamente como o período que emerge em Belém um movimento político, influenciado por experiências internacionais, de requalificação de antigas áreas industriais, para utilização com fins econômicos, a exemplo do turismo. Este acontecimento fez com que o olhar do poder público se voltasse às baixadas, reavaliando antigas áreas alagadas e ocupadas por populações de baixa renda, que pudessem ser reconfiguradas com fins de lazer e turismo.

É válido lembrar que essas áreas, por serem historicamente mais vulneráveis aos alagamentos e enchentes, foram desprezadas pelo poder dominante nos séculos XVIII e XIX que decorreram a fundação da cidade, resultando em uma apropriação irregular pelas classes populares. As limitações topográficas não foram um fator impeditivo para que elas construíssem as suas residências sobre os alagados, pois as suas necessidades por habitação eram maiores que o medo das enchentes.

Neste âmbito de discussões, Zukin (1980), ao abordar a reestruturação espacial, a partir da produção de novas paisagens, gera reflexões, pois entende a paisagem como um ambiente construído, envolvendo, além da imaginação, um conjunto de materiais, práticas sociais e representação simbólica. A paisagem representa a arquitetura de uma classe social, gênero e relações raciais, sob influências institucionais.

No entanto, constam nos projetos de cidade, com enfoque empresarial, a busca do consenso e o despertar de sentimentos patrióticos do coletivo, com o objetivo de eliminar as divergências quanto às propostas e ações governamentais e privadas. Isso induz a refletir sobre as formas de desenvolvimento almejadas pelas gestões urbanas contemporâneas. Desenvolvimento para quem? Para as populações locais ou para os grandes empresários e políticos locais? Incentivos para que tipo de empresas? Grandes, médias ou pequenas?

O mapa abaixo é representativo dos espaços sob a denominação de “Janelas para o rio”. Nele é possível observar a localização estratégica, com aproveitamento da paisagem ribeirinha amazônica, somando-se ao valor de centralidade.

Mapa 1 - Espaços públicos na Orla Urbana de Belém



Fonte: França e Ferreira, 2017.

Hoje, compreende-se que o ideário de “janelas para o rio”, propagado pelo governo do estado do Pará, objetiva uma retomada da imagem de cidade modelo de desenvolvimento

econômico, como foi reconhecida durante a economia gomífera. Fala-se cada vez mais a palavra requalificação em vez de planejamento da cidade, sob a justificativa de necessária ampliação de estratégias de flexibilização, aplicadas ao contexto do urbano.

No mapa é possível observar os seis principais espaços públicos de lazer, situados na orla urbana do município de Belém, no qual o Portal da Amazônia (1) ocupa uma área significativa, quando comparado aos demais espaços: Mangal das Garças (2), Feliz Lusitânia (3), Ver-O-Peso (4); Estação das Docas (5) e Ver-O-Rio (6).

A Orla Portal da Amazônia compõe um grandioso projeto da prefeitura local, requerendo para a sua efetivação a desapropriação e/o remanejamento de antigos moradores. A Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) cadastrou 347 imóveis, que foram afetados pelo Promaben, contudo, apenas 269 famílias receberam intervenções de reassentamento até o ano de 2017, mesmo que provisório. Ao todo, 449 famílias foram impactadas com as obras (PLANO DE REASSENTAMENTO, PMB, 2014).

No ano de 2012 foi inaugurada a primeira etapa, representando 2,2 km de uma área de aproximadamente 36 km de orla, prevista no projeto.

PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE CIDADE E O ESPAÇO DE LAZER

O urbanismo compreendido como uma somatória de processos sociais concentrados no espaço nos possibilita um entendimento dialético sobre a relação entre espaço público de lazer e cidade contemporânea, importantes para a compreensão da produção urbana de Belém do Pará.

O espaço é aqui tratado como uma realidade relacional, fruto do trabalho humano, ao mesmo tempo em que é geográfico, por ser determinado pelo movimento da sociedade (SANTOS, 2007).

Decididamente mobilizado pela valorização capitalista, o espaço passou a integrar as novas raridades. Se outrora o pão, os meios de subsistência eram raros, 'agora, não em todos os países, mas virtualmente à escala planetária, há uma produção abundante desses bens; não obstante, as novas raridades, em torno das quais há luta intensa, emergem: a água, o ar, a luz, o espaço' (LEFEBVRE, 2008, p. 9-10).

Quando comparado aos demais espaços públicos, o espaço de lazer é igualmente social, possibilitador de anonimatos (ocultação de identidades), de encontros provisórios entre diferentes, convivência cívica, ordenada e vigiada, etc.

Delgado (2007, 2011), ao refletir sobre a ideologização do espaço público, contribui ao desvelamento do discurso hegemônico, em especial do poder público, que tem em seus projetos a construção de espaços de lazer na cidade, justificando-o sob o viés econômico, por meio da melhoria da qualidade de vida dos moradores locais. É válido destacar que o lazer, por si só, já se apresenta como sinônimo de prazer e harmonia, ocultando qualquer possibilidade de conflitos entre diferentes. Elementos como o alheamento, o mal-estar provocado pelo contato entre pessoas de diversas formações socioculturais comumente são ignorados nos documentos oficiais.

O termo público relaciona-se a tudo que é visto e ouvido por todos. Citam-se a ação e a fala, essenciais para a inserção do humano no mundo, pois ser e aparecer são condições para a existência pública (ARENDR, 2011).

Acerca do conceito de privado, Arendt (2011, p. 67) expressa que:

A palavra privado cobra seu original sentido privativo, seu significado. Viver uma vida privada por completo significa estar privado de coisas essenciais a uma verdadeira vida privada por completo, significa estar privado de coisas essenciais a uma verdadeira vida humana, estar privado da realidade que provém de ser visto e ouvido pelos demais, estar privado de uma objetiva relação com os outros. Significa estar privado de realizar algo mais permanente que a própria vida. O homem privado não existe, pois não aparece, sendo a visibilidade uma condição para a existência humana.

No contexto atual, o desafio da alteridade na cidade inclui o respeito e a integração respeitosa da pluralidade cultural, o que implica pensar o espaço público em detrimento ao privado, como se pode conferir:

Pensa-se o espaço público e suas formas de constituição na vida urbana contemporânea enquanto espaço de comunicabilidade social, de enunciação dialógica entre diferentes grupos. Contudo, não se poderá esquecer a dimensão política do Espaço Público, e as formas de sociabilidade em geral, pois aprendemos com Weber (1991) que a vida social se pauta pela escassez de bens materiais e simbólicos, o que gera permanente luta entre indivíduos e grupos sociais. É nesse sentido que a dimensão da negociação coletiva, torna-se importante vetor na constituição do espaço público (LIMA, 2007, p. 2).

Quanto à aplicabilidade do conceito de esfera pública na atualidade, ao reformular algumas de suas ideias sobre o tema, Habermas (2014) apresenta a esfera pública burguesa do século XX como suporte para as suas análises sobre espaço e cidade. A opinião pública teria um importante papel de controle das ações do Estado pela sociedade, por meio de questionamentos, julgamentos, opiniões, supervisão, conduzindo a um processo de racionalização das ações humanas. Em relação aos assuntos de interesse geral, o julgamento do público tem, na esfera pública, o seu *locus* privilegiado, pelo caráter de liberdade e conciliação das divergências na tomada de decisão.

A esfera pública burguesa foi compreendida por Habermas (2014) como estrutura aberta, sem fronteiras, na qual a comunicação e a tomada de decisões tinham ressonâncias, porém não deveria ser confundida com um espaço, por apresentar uma forte dimensão abstrata. O homem burguês era o ente representativo da coletividade, o que conduziu a uma forte racionalização do pensar e do agir coletivo, vinculados aos interesses advindos da esfera privada, esta composta pelo lar da burguesia.

O espaço público, *locus* representativo da diferença e do conflito, impacta o pensar a esfera pública na cidade contemporânea, trazendo à tona questões filosóficas presentes na sociedade grega. Hoje, a cidade e o espaço público também são considerados *locus* do anonimato.

A cidade é o espaço onde resulta possível encontrar-se com gente sem que isso signifique abolir as fronteiras da intimidade e as exigências de um meio social mais heterogêneo. Permanecer anônimo é condição de liberdade individual. O anonimato das grandes cidades abre a possibilidade ao sujeito de poder começar de novo a vida, porque ninguém conhece ninguém completamente e ninguém está obrigado absolutamente por seu passado. Fazendo abstração da própria biografia, se pode reconstruir a identidade e cada um pode decidir por si mesmo, que aspecto de sua própria personalidade desvela ou oculta aos demais. Neste sentido, cabe afirmar que graças à urbanização, graças a essa configuração de

espaço público, surge para os indivíduos uma verdadeira vida privada (INNERATY, 2006, p.100 apud GOFFMAN, 1973).

De acordo com Inneraty (2006), há de se considerar que um percentual significativo das normas das grandes cidades serve para manter a distância entre pessoas. Não ter de cumprimentar, não se intrometer em uma conversa, não ter que prestar muita atenção, tudo isso evita os conflitos causados pela proximidade. Essa constatação propicia a reflexão sobre as experiências sociais na cidade, com base em George Simmel (2000). Nessa obra, o autor indica a aproximação da metrópole como lócus de socialização e de formas espaciais e estéticas, diferentemente da realidade de cidades pequenas. Segundo Simmel (2000), a experiência na metrópole é caracterizada pela intensidade dos estímulos nervosos que afetam o psiquismo e o aparelho sensitivo do ser humano e dos quais a sociedade tenta se proteger.

Para Simmel, as condições de vida nas grandes cidades submetem o homem a um permanente confronto com imagens, sons e experiências, que não podem ser acompanhados com plena consciência. Como reação a tantos estímulos, o homem distancia-se do que está próximo, com o intuito de suportar o contato com o desconhecido e, com isso, amenizar o seu desconforto em espaços públicos, como em transportes e praças, elementos da rotina das metrópoles. Simmel denomina essa ocorrência de 'atitude Blasé'. Significa uma forma de reserva pessoal a qualquer espécie de conflito decorrente de hiperestimulação sensorial (visual ou auditiva) entre as várias ações observadas cotidianamente nas metrópoles. Como exemplo é possível citar os barulhos decorrentes do trânsito, as poluições sonora e visual, muito comuns nas cidades.

O alheamento ou o estranhamento entre pessoas apresenta uma relação espaço-temporal necessária aos avanços das discussões sobre espaço público de lazer na cidade contemporânea.

Carrión (2007) estabelece um paralelo entre a discussão sobre o direito à cidade e ao espaço público, enquanto princípio fundamental para a construção da cidadania. Então, observa-se que a consolidação da construção coletiva dos direitos e deveres necessita da cidade, pois é nela que os homens se conhecem e identificam-se como entes de uma coletividade, visto que ela está respaldada por direitos e deveres essenciais a uma convivência pacífica.

Nesse contexto, como principal ente mediador das relações entre interesses divergentes, o Estado manifesta a sua responsabilidade no espaço.

A construção e a sobrevivência da alteridade são essenciais à cidade, enquanto espaço público da diferença, pois, nele, as pessoas se reconhecem e exercitam os princípios elementares da convivência cidadã.

Mesmo que o lazer não deva ser pensado em um tempo e espaço exclusivos, por ser entendido como cultura, conforme defendido por Marcellino (1995) e Gomes (2008), neste artigo acredita-se que o tempo que a sociedade atual utiliza com o lazer, no ambiente urbano, é prioritariamente o tempo livre (institucionalizado). Resultante de lutas da classe trabalhadora, em prol da redução da jornada diária de trabalho, férias remuneradas, 13º salário, entre outros. Neste contexto, é possível afirmar que com a institucionalização das horas de trabalho e de tempo livre social, o mundo da produção passou a influenciar mais fortemente no lazer. Basta sair às ruas e perguntar para qualquer pessoa: Qual é o tempo que você utiliza com o lazer? Imediatamente, as respostas convergirão para as horas e dias de folga (final do dia, da semana, férias e feriados).

Os impactos decorrentes da institucionalização do tempo livre não eliminaram a dimensão cultural do lazer, permanecendo este, como resultante de escolhas pessoais, por melhor tempo, espaço e tipo de atividades. A própria rua, mesmo com toda a sua importância no urbano, que ultrapassa os limites de simples *locus* de circulação de pessoas e veículos, perde a preferência para espaços como praças e parques públicos quando o assunto se refere ao lazer gratuito na cidade.

Esta afirmativa não desconsidera a existência do lazer nestes espaços, apenas qualifica o espaço público de lazer como *locus* privilegiado no âmbito urbano, que pode assumir diversas formas e funcionalidades; no entanto, ele apresenta, dentre as suas características principais, o conforto ambiental, o livre acesso e um certo grau de segurança, que possibilite aos seus usuários formas diversas de interações e experiências de lazer. Nesses espaços, são observadas dinâmicas socioculturais variadas, em que as redes de relações são elaboradas e reelaboradas.

A experiência de lazer, partilhada nos espaços públicos da cidade, configura-se como um elemento cultural, fortalecido na sociedade contemporânea, comumente associado à qualidade de vida e sociabilidade. Ele vem consolidando-se como direito social, por alcançar, no urbano, maior ressonância. É no espaço de domínio público que o lúdico, enquanto constructo cultural, se reformula e se propaga, por meio das diversas formas comunicativas. É onde a singularidade humana é revelada, adquirindo visibilidade.

Certamente, o espaço público contemporâneo se difere da esfera pública grega, abordada por Hanna Arendt (2011), sem, contudo, perder a sua essência de *locus* privilegiado para as interações, entre meio social e físico, para “ver e ser visto”, para falar e ser ouvido, para o exercício do respeito mútuo e alteridade. Nele, a sociedade passa a se expressar e se organizar enquanto grupo, a dar voz às suas inquietações políticas. O “diferente” ganha vez, passando a ser respeitado, ou mesmo tolerado, pois o espaço encontra-se acessível a todos, independentemente de cor, origem, religião, condições econômicas e opções sexuais. Possui caráter universal, no que tange às suas possibilidades de acesso, encontro entre diferentes e liberdade de expressão.

Contrariando esta linha de pensamento, que percebe a cidade e o espaço público como *locus* de sociabilidade, ação cultural e política, temos o planejamento estratégico. Este, ao perceber a cidade como uma mercadoria, um produto, apresenta as diretrizes e formulações específicas para o seu tratamento como objeto, tornando frágil e questionável o papel mediador do Estado perante os interesses divergentes.

Este modelo, disseminado na América Latina por consultores de agências multilaterais, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), estabeleceu condições para a realização de empréstimos e financiamentos. A adesão a essa forma de gestão de cidade é apresentada como uma entre as diversas contrapartidas dos governos locais.

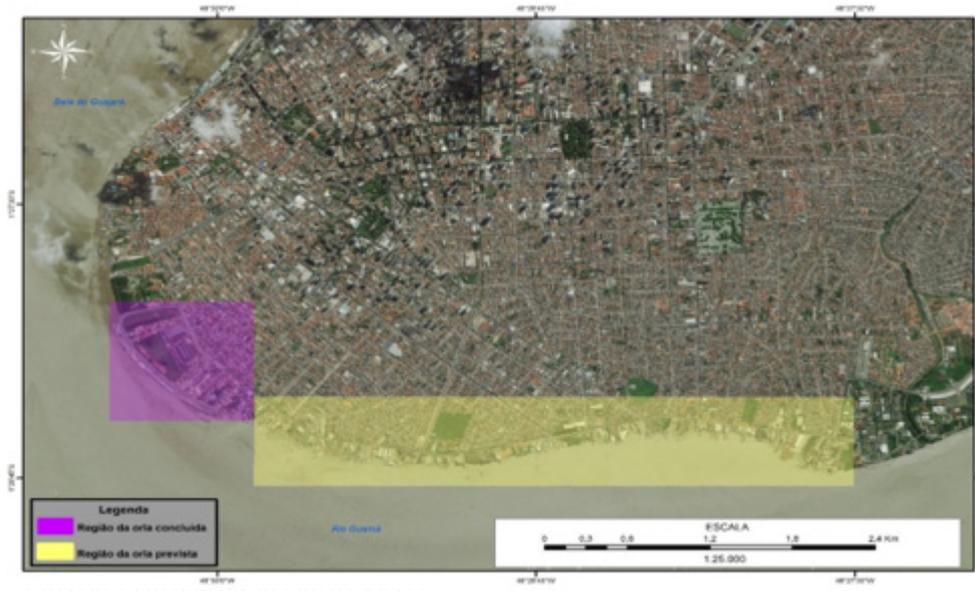
O planejamento estratégico é a base implícita do processo para se repensar a produção urbana contemporânea. Vainer (2007) faz uma consideração importante, ao afirmar que por muito tempo o debate acerca da questão urbana esteve pautado nas discussões sobre crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos e racionalização do uso do solo. Hoje, a nova questão urbana direciona-se à problemática da competitividade e do tratamento da cidade como empresa.

Harvey (2008) considera que o urbanismo contemporâneo transformou o estilo de vida social em mercadoria, por isso a qualidade de vida se encontra à venda na cidade. O consumismo marca esta etapa atual, em que a cidade e todo o seu capital cultural e social se transformam para a satisfação dos “sonhos urbanos”.

REFLEXOS DO PROJETO ORLA PORTAL DA AMAZÔNIA

Com a conclusão da primeira etapa no ano de 2012, os primeiros impactos negativos, identificados pelos moradores locais, foram o aumento da violência e desrespeito dos usuários para com o espaço e os sujeitos que ali vivem. Muitos moradores alegaram que o fluxo de pessoas é grande e incontrolável pela Guarda Municipal, o que tem ocasionado transtornos aos residentes. Abaixo é possível visualizar as etapas do projeto.

Mapa 2 - Etapas do Projeto Orla Portal da Amazônia



O mapa 2 destaca, com a cor lilás, a parte da Orla Portal da Amazônia que foi inaugurada no ano de 2012, a qual ocupa uma área de 2,2 km. Em amarelo, observa-se a área de orla prevista no projeto, que ainda se encontra em processo de construção.

Mesmo inacabada, pode ser considerada como o maior espaço público de lazer, situado em orla urbana, no município de Belém, quando analisado em termos de escala, funcionalidade e potencial para agregação de pessoas (Ver mapa 1). Certamente, esse atributo lhe confere, igualmente, o caráter conflitivo, que se encontra latente desde a concepção. O seu valor para o lazer da sociedade local não deve ser esquecido, pois se constitui em um novo espaço, com grandes possibilidades de interação visual com o rio, mesmo considerando que ele, o rio, foi pouco aproveitado na concepção projetual no que se refere à dinamicidade das práticas de lazer.

Dentre os principais tipos de lazer desenvolvidos neste espaço é possível citar a contemplação da paisagem e a realização de práticas esportivas, como: skatismo, ciclismo e patinação, além das caminhadas.

Durante o processo investigativo, realizado na Secretaria de Habitação (Sehab), no ano de 2017, foi identificado que, diante do abandono das obras habitacionais dentro da orla pelas empresas licitadas, a alternativa apresentada aos antigos moradores foi a oferta de unidades habitacionais em um conjunto distante 24 km da orla, que se encontra em fase de conclusão e possui 768 UHs.

Das 224 unidades habitacionais que foram estipuladas no início do macroprojeto Orla Portal da Amazônia, apenas 16 foram entregues. No entanto o número de famílias, hoje, é superior a 344. O valor de R\$ 500,00 do auxílio moradia não é suficiente para a permanência das famílias na área, haja vista a alta nos preços dos aluguéis.

Diante da demora na retomada das obras residenciais e da oferta de UHs a uma distância significativa da área que recebeu intervenções de melhorias sanitárias, asfaltamento e embelezamento, não restam dúvidas quanto ao real interesse do poder público: atração de investimentos e busca de novas centralidades.

É importante ressaltar que, apesar das melhorias habitacionais¹ e de saneamento básico, ofertadas pela prefeitura, os vínculos culturais que foram estabelecidos entre os moradores e suas antigas residências e vizinhança foram brutalmente rompidos neste processo.

Em decorrência das especulações que giram em torno da questão habitacional, foram realizadas entrevistas com os representantes da Secretaria de Habitação do município (Sehab), os quais informaram que, das 224 unidades habitacionais, estipuladas no início do macroprojeto Orla Portal da Amazônia, apenas 16 foram entregues. No entanto, o número de famílias, hoje, é superior a 224.

De acordo com a Sehab os projetos do Minha Casa Minha Vida serão entregues até o final do ano de 2018. Reuniões já foram realizadas com os moradores da Orla Portal, mas eles não querem migrar para outros projetos fora da área, a exemplo do Viver Pratinha, localizado na Av. Artur Bernardes, em que a migração das famílias será automática. De acordo com a Sehab (2017), eles acreditam na valorização futura da área.

Os que decidiram aguardar, receberão residências dentro da Orla Portal da Amazônia, onde dois conjuntos habitacionais vinculados à Caixa Econômica Federal encontram-se com as obras paralisadas, em decorrência da falta de cumprimento por parte das construtoras licitadas.

No livro *A cidade como negócio* (2015), Alvarez comenta que a cidade, pensada como um negócio, torna-se um bem intercambiável, com possibilidades de valorização, depreciação e grande poder segregador. Significa que esse não é somente um meio de concentração, mas o próprio objeto. A prática socioespacial sofre interferência do tratamento de mercadoria dado ao espaço, desde a sua concepção, construção e suas formas de uso.

Nesse sentido, o Estado, mais especificamente representado pela Secretaria de Habitação (Sehab), no que concerne ao seu papel mediador entre interesses divergentes, tem revelado descrédito quanto à defesa dos menos favorecidos. No entanto, a população local, ao resistir às pressões, no que tange ao recebimento de indenizações, bem como de moradias permanentes, situadas em bairros distantes da orla, contribui à mudança de rumo, no diz respeito ao projeto de empresariamento da cidade.

É possível afirmar que a conformação de espaços de lazer, sejam eles públicos ou privados, é altamente impactante na produção urbana, por interferir de diversas formas no território,

bem como nas relações socioculturais de seus usuários e população moradora no entorno. Na cidade de Belém, a produção urbana segue esta lógica, estando os espaços públicos de lazer vinculados à construção de uma imagem de cidade sob influência dos agentes econômicos.

Com base no exposto, a análise da produção do urbano, a partir do espaço público de lazer, foi norteada pelo estudo de caso Orla Portal da Amazônia, refletindo os possíveis impactos decorrentes desses espaços na produção da cidade e a sua associação na década de 1990 ao ideário de “janelas para o rio Guamá e Baía do Guajará”.

No âmbito dessas questões investigativas, a Orla Portal da Amazônia apresentou elementos pertinentes quanto à configuração de uma nova centralidade na cidade, quando compreendida a partir da infraestrutura básica, por meio do macroprojeto Promaben (Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova), e do aumento nos valores das habitações na área. Hoje, os espaços públicos e privados de lazer têm se destacado em termos de valor de atratividade, impactando a produção de novas centralidades no espaço urbano. Como exemplo, a Estação das Docas destaca-se como um espaço de atratividade turística na cidade.

O turismo, sendo uma atividade especificamente terciária, requer infraestrutura urbana e valor de atratividade à sua dinamização, sendo o espaço público de lazer parte integrante do denominado “produto turístico”. Neste sentido, a (re)produção de espaços públicos de lazer em Belém encontra-se inserida no âmbito de discussões sobre a mercantilização da cidade, disfarçada por discursos ideológicos do Estado, por meio de seus projetos urbanos, como foi identificado na Orla Portal da Amazônia.

Isso porque, esses espaços, especialmente os situados na orla, constituem-se em lócus representativo, em termos de visibilidade do poder público, por seu potencial de embelezamento, valorização do solo e consequente atração de investimentos nas áreas próximas.

O olhar que tive, enquanto investigadora do lazer na cidade, me levou a perceber, na prática, como as escolhas por espaços e tipos de lazer sofrem influência direta do contexto socioeconômico, no qual os sujeitos encontram-se inseridos. As formas de uso e apropriação estão diretamente relacionadas a questões como: nível de renda, distância existente entre o espaço e a residência, meio de transporte necessário para acesso, segurança, custo dos alimentos e bebidas comercializados no local, cobrança de taxas para acesso, entre outras.

Espaços de domínio público que necessitam de pagamento de taxas não compõem a preferência dos entrevistados, para a prática de lazer rotineira. Eles costumam ser acessados com menor frequência, quando comparados a espaços abertos, livres de grades, muros e vigilância permanente, que interfiram na liberdade de ação e expressão dos frequentadores.

Contudo, é importante estabelecer aqui uma separação entre os termos vigilância e segurança, em que a primeira é aqui compreendida como privação da liberdade, enquanto que segurança faz associação direta com necessidade de preservação da integridade física do público frequente no espaço. Neste sentido, as críticas proferidas pelos entrevistados convergiram à falta de segurança pública, na área abrangida pela orla, que afeta diretamente a liberdade de ir, vir e permanecer.

A concepção de espaços na cidade precisa ser pensada sob diversos aspectos: sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais, entre outros, a fim de melhor contemplar as necessidades de seus usuários, em termos de condições de acesso, permanência, uso e apropriação. No caso da nova orla, por exemplo, muitas críticas foram apresentadas pelos

entrevistados, revelando ser fruto de um projeto destoante da climática da cidade. Mesmo os entrevistados com baixa escolaridade foram capazes de tecer críticas à concepção arquitetônica da orla, que foi considerada uma cópia de calçadões existentes em outras cidades, dentre elas, foram citadas as cidades de Fortaleza e Rio de Janeiro.

Apesar das críticas realizadas pelos diversos segmentos entrevistados sobre o espaço, os resultados indicam uma boa aceitação e importância do espaço na composição urbana. A nova orla tem revelado uma progressiva aceitação das classes populares, para a utilização com fins de lazer. Esta afirmativa foi construída no decorrer dos anos de 2013 até 2017, durante a permanência em campo. Nesse período, observou-se um aumento significativo de pessoas no meio e nos finais de semana, que buscam, além do lazer, a melhoria da qualidade de vida, por meio de práticas de atividades físicas gratuitas e ao ar livre.

A construção deste espaço tem possibilitado aos moradores dos bairros vizinhos melhores condições para a prática de atividades físicas como caminhadas e corridas, uma vez que a distância entre o local de residência e o espaço é apontada como um fator favorável, que despertou o interesse desta demanda. Foi identificado que os frequentadores do Portal da Amazônia são oriundos, em sua maioria, de bairros próximos.

Com base nas discussões acima traçadas é inferido que os projetos urbanos atuais visam à retomada de antigas centralidades, mediante à reconfiguração de espaços deteriorados ou abandonados, em que as atividades de lazer e turismo ganham força, com a ampliação de atrativos na cidade. Antigos espaços e áreas, ao sofrerem ações intervencionistas do Estado, para fins de reconfiguração, refletem na valorização locacional da área do seu entorno.

Para exemplificar, Carrión (2007) cita as cidades construídas de costas para o mar; segundo ele, hoje, os recém-projetos urbanísticos que objetivam a sua valorização colocam-nas “de frente com o seu passado”. Porto Madero, na Argentina, foi reconfigurada para fins de lazer e turismo, assim como Barcelona.

O direito à cidade, ao uso do solo, as relações conflitivas envolvendo o poder público, sociedade e iniciativa privada e a violência, entre outras questões, apresentam-se como um importante viés de análise da cidade contemporânea e das estratégias de acumulação e reprodução do capital.

Questões pertinentes ao empresariamento da cidade contemporânea encontram-se com destaque nos resultados obtidos, revelando uma 158 sintonia com a ideologia propagada pelo capital internacional. Neste contexto, o empresariamento da cidade de Belém constitui-se na visão do Estado como um fato incontestável.

Isso conduziu ao pensamento de que o rio teve uma importante influência nas relações de sociabilidade das classes populares em Belém, uma vez que os registros historiográficos indicaram a sua utilização com fins de subsistência pela população carente, para a realização de atividades cotidianas, como o banho, a lavagem de roupas, pesca, além da construção de residências às suas proximidades.

A “negação” do rio pela coletividade, conforme aparece no discurso do poder local durante a década de 1990, sob a luz do ideário de necessária abertura de “Janelas para o Rio”, não se aplica à população pobre dos séculos iniciais que precederam a fundação da cidade, que utilizaram o rio como meio de subsistência.

A hipótese formulada no início do processo investigativo afirmou que o espaço público de lazer na cidade de Belém-PA atende aos interesses do capital privado no que tange à valorização do solo urbano, em detrimento do atendimento das demandas sociais por melhores condições de lazer. Durante a realização desta pesquisa, a hipótese não somente foi confirmada, como ampliada, ao ser identificado que o espaço público de lazer adquiriu diferentes papéis; dentre eles, ganha destaque, nos dias atuais, a valorização do solo por meio do embelezamento urbano e constituição de novas centralidades.

A produção de espaços públicos de lazer em Belém, de fato, se encontra associada aos interesses dos agentes hegemônicos, não sendo esta uma realidade única no âmbito das cidades brasileiras. No entanto, apresenta singularidades merecedoras de atenção pelos estudiosos do urbanismo.

Em Belém, as manifestações de interesse das elites e do poder público pelo rio tiveram maior destaque em dois momentos específicos na história urbana local. O primeiro situa-se entre o fim do século XIX e início do XX, abarcando o período áureo da economia gomífera na região amazônica, quando a produção cultural foi ampliada por meio da constituição de novos hábitos de lazer e sociabilidade. É quando as primeiras práticas de esportes náuticos foram identificadas entre as elites locais, juntamente com a fundação de clubes esportivos.

O segundo momento em que o rio ganhou destaque foi no fim do século XX, pois ele eleva-se em termo de importância na composição do planejamento urbano, acompanhado de um discurso de necessária abertura de janelas para o rio, para democratização da paisagem ribeirinha local. Neste momento, a visão negativa sobre o rio, constituída nos séculos iniciais de fundação da cidade, começa a ser repensada pelo Estado, sob influência de experiências internacionais de aproveitamento das águas para fins de embelezamento urbano e valorização do solo. É quando parte do antigo armazém portuário é reconfigurado, dando lugar à Estação das Docas como parte de uma estratégia de desenvolvimento econômico a partir do turismo, apoiado pelas mídias comunicativas e meio empresarial.

Os resultados não deixam dúvidas quanto ao projeto de cidade almejado pelo poder público local hoje. O discurso apresentado pela prefeitura local faz referência direta aos princípios disseminados mundialmente em fins da década de 1980, de planejamento estratégico transplantado das empresas para a administração de cidades. Esta é base norteadora da gestão pública de Belém, que busca em seus projetos de espaços alcançar um “mix de cidade”, mesclando alta e baixa renda, acreditando em um autodesenvolvimento, a partir de maiores investimentos da iniciativa privada.

CONCLUSÃO

No contexto contemporâneo, é importante a compreensão dos processos de mercantilização, que permeiam a cidade e tudo o que nela está contido. Mesmo com as críticas, aqui direcionadas ao tratamento do lazer como um produto de mercado, quando se trata da construção e/ou reconfiguração de espaços públicos, compreende-se que a cidade, ainda sim, constitui-se como extremamente favorável à concretização do direito ao lazer, por abrir espaço para o encontro entre os diferentes.

Neste estudo, considera-se que no espaço público de lazer, seja ele equipado ou não, a sociedade tem maiores possibilidades de acesso, de sociabilidade, de exercício da alteridade

entre pessoas de diferentes bairros, cidades, culturas e condições financeiras. Isso justifica a sua defesa como categoria constitutiva de cidade, envolvendo a articulação entre as variáveis tempo, espaço e oportunidade.

No município de Belém, os espaços públicos de lazer, situados na orla urbana, apresentam destaque na imagem de cidade, e são projetados pelo poder público nos materiais midiáticos destinados ao marketing turístico. Esta tem sido a sua principal contrapartida para com o trade turístico local, inserindo Belém no contexto de cidade competitiva e atraente aos investimentos empresariais. Com a construção de um Centro de feiras e convenções, a cidade passa a sediar eventos de diversos tipos, a citar as grandes feiras e congressos nacionais e internacionais, atraindo uma demanda de turistas interessados não apenas na participação desses eventos, mas no conhecimento da cidade e de seus espaços de lazer.

Compreender os processos relacionados à (re)produção de espaços públicos de lazer, bem como os seus impactos na cidade de Belém, foi um desafio investigativo complexo, tendo em vista a força do discurso ideológico, propagado pelo Estado, que justifica as transformações no espaço urbano como necessárias à melhoria da qualidade de vida das populações em situação de vulnerabilidade social, que ganha o apoio da coletividade.

É possível inferir que os conflitos em torno das áreas próximas à orla urbana de Belém estão associados à busca de novas centralidades, em decorrência da saturação das centralidades existentes, que já não conseguem acolher novos investimentos, bem como proporcionar a sua acumulação e reprodução. Isso coloca em evidência a forma de planejamento e gestão urbana, utilizada pelo poder público local que, ao favorecer os interesses da iniciativa privada, no que diz respeito ao direcionamento dos processos de reestruturação do espaço urbano atual, coloca em questão a mercantilização da cidade.

Delgado (2007) refere-se a essas experiências como modelos de reconversão urbana de cidade pós-industrial, que resultou em um produto de consumo, com forte apelo aos componentes de convivência cidadã, marketing e segurança permanente. Barcelona, ao ser eleita como cidade sede das Olimpíadas de 1992, iniciou um grandioso processo de abertura de sua frente marítima, trabalhando em prol de uma imagem de cidade modelo e ocultando fatos conflitivos geradores de desordem. O termo “Cidade Mentirosa” foi utilizado por Delgado (2007) para se referir a este modelo de planejamento urbano estratégico, que se propagou pelo mundo na década de 1990 e implicou uma recriação das centralidades.

É constatado que o Estado, no decorrer da história social, sempre agiu favoravelmente à circulação de capital e à concentração deste nas mãos de poucos. No âmbito da dinâmica capitalista, ele tem fomentado ações da iniciativa privada e de atração de capitais externos, além de incentivar projetos de privatização de espaços públicos, sob a justificativa de necessária sobrevivência econômica e melhoria, no que tange à oferta de bens e serviços e à garantia de emprego e renda.

A parceria entre público e privado se destaca no âmbito neoliberal, somada a uma reformulação do discurso sobre o papel do espaço público de lazer na cidade. Muitos questionamentos emergem a respeito da ineficiência do Estado, quanto às formas de concepção e gestão.

A cidade, configurada em um contexto de fortalecimento da parceria entre público e privado, em que há transferência de muitas responsabilidades do Estado ao capital

privado, transforma-se em um campo de disputas e conflitos, no qual, certamente, a classe trabalhadora representa o lado mais frágil.

Com isso, é possível inferir que em Belém a abordagem da cidade e de seus espaços públicos de lazer segue um ideário de parceria entre setor público e iniciativa privada, obedecendo ao “princípio máximo da flexibilização” (ARANTES, 1998, p.146).

Neste sentido, ao analisar o espaço público de lazer, construído ou reconfigurado, é imprescindível refletir sobre as formas que o Estado tem utilizado para regular a economia e a vida em sociedade, haja vista que é por meio dessas intervenções projetuais no urbano que ele colabora com o empresariamento da cidade. Os conflitos latentes são ocultados por meio de resultados que induzem à falsa compreensão da realidade.

Foi exatamente isso que este artigo revelou no projeto Orla Portal da Amazônia, que foi efetivado à custa da desapropriação e remanejamento de diversas famílias, que residiam há décadas seguidas na Bacia da Estrada Nova. Por estar relacionado a um discurso universal, pertinente ao espaço público (ambiente democrático, com livre acesso e lócus de cidadania e importante para a melhoria da qualidade de vida coletiva), tem dificultado o seu entendimento como projeto hegemônico de busca por novas centralidades. Isso porque o espaço público de lazer, mesmo aparentando uma atmosfera de harmonia na cidade, se caracteriza pela diferença quanto à composição social, econômica e cultural de seu público, sendo, portanto, um *locus* de conflito.

A cidade compreendida como lócus de enfrentamento entre classes preconizada por Marx no século XIX permanece nos dias atuais nos desafiando a refletir sobre questões diversas no âmbito do urbano. Neste caso investigado, a oferta de transferência direta às famílias afetadas, em unidades habitacionais distantes aproximadamente a 24 km das suas antigas residências, é considerada um fator revelador de que a nova orla da cidade não foi construída com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos antigos moradores. No entanto, o embate envolvendo os divergentes interesses se prolonga até os dias atuais, demonstrando ser este um caso de resistência das classes populares contra um discurso hegemônico, que se recusa a sair da área.

Aqui, se torna válido reafirmar o que Zukin (1980) classificou como “gentrificação”, que está relacionada a uma grande reestruturação espacial envolvendo expansão física do centro da cidade, sendo comumente associada à habitação. Ela é responsável por aprofundar as disparidades sociais e justapor paisagens distintas.

As famílias estão lutando para permanecer nesta área, por acreditarem nos benefícios que lhes foram prometidos, relacionados ao saneamento básico, lazer, iluminação, segurança, rede de transporte interligando à cidade, além do embelezamento e valorização do solo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Isabel Pinto. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In: CARLOS, Ana Fani; ALVAREZ, Isabel Pinto; VOLOCHKO, Danilo. *A cidade como negócio*. SP: Contexto, 2015.

ARENDDT, Hannah. *La condición Humana: Introducción de Manuel Cruz*. 1. ed. Buenos Aires, 2011.

CARRIÓN, Fernando. Espaço Público: Punto de partida para la alteridad. In: SEGOVIA, Olga. *Espacios públicos y construcción social: Hacia um ejercicio de cidadania*. Santiago de Chile: Ediciones Sur, 2007.

DELGADO, Manuel. El espacio público como ideología. Barcelona: Libros de la Catarata, 2011. GOMES, Christiane Luce. *Lazer, trabalho e educação: Relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *O direito à cidade*. BH: Ed. UFMG, 2008.

HARVEY, David. *O Direito à cidade*. 1901. Tradução: Rubens Eduardo Frias. SP: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e humanização*. Campinas: Papirus, 1995.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. SP: Edusp, 2007.

SEHAB. Entrevista concedida por representante da Sehab a Jéssika França. Belém, 7 de agosto de 2017.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. RJ: Vozes, 2007.

ZUKIN, Sharon. *Landscapes of Power: From Detroit to Disney World*. United States, 1980.